

# NARRATIVAS DE PRAÇAS ACERCA DO MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS (BELO HORIZONTE, 1997)<sup>1</sup>

Juliana do Carmo Cardoso Alves <sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo trata do movimento reivindicatório da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997. A realização de entrevistas foi a principal fonte de pesquisa. Utilizando-se da História Oral, buscou-se, através das memórias narradas, compreender que tipo de representações foram construídas pelos protagonistas do movimento: os praças. As narrativas evidenciaram que os praças negam que realizaram uma greve e reafirmam valores e princípios ensinados nos quartéis. As narrativas compartilham a presença de um “mito fundador”, conceito trabalhado por Alessandro Portelli ao identificar histórias representativas e significativas partilhadas por uma cultura e o conceito de “honra”, que se justifica pela forte presença da questão moral que permeia as narrativas dos praças.

**Palavras-Chave:** Polícia Militar; Narrativas; História Oral; Mito Fundador; Honra.

## POLICE NARRATIVES OF THE MILITARY POLICE MOVEMENT IN MINAS GERAIS (BELO HORIZONTE IN 1997)

**Abstract:** This article aims to analyze the empowerment initiative of soldiers and non-commissioned officers of Minas Gerais Military Police in 1997. The interviews were the main source for this research. Making use of Oral History, it was sought, by thinking of narrated memories, understand what kind of representations were constructed by the protagonists of the movement: the soldiers and non-commissioned officers. The narratives showed that the policeman denied having made a strike and and reaffirm the values and principles taught in the barrack. The narratives share the presence of a founding myth, concept used by Alessandro Portelli to identify significant and representative stories shared by a culture and the concept of "honor" which is justified by the strong presence of moral that permeates the narratives of soldiers and non-commissioned officers.

**Keywords:** Military Police; Narratives; Oral History; Founding Myth; Honor.

---

<sup>1</sup> O presente artigo foi desenvolvido a partir de minha dissertação de mestrado intitulada “Memória Dividida: narrativas acerca do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997”.

<sup>2</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora de História na Escola Estadual Doutor Pedro Paulo Neto e no Instituto de Educação Eliana Duarte da Silva Breijão. E-mail: [jccahistoria@gmail.com](mailto:jccahistoria@gmail.com). Endereço: Rua Sebastião Frossard, 737. Bairro Amendoeira. Carangola/MG. Cep.: 36800-000.

## 1. Introdução

*97 foi um divisor de águas (Coronel Olegário).*

*Mas, eu não sabia que eu ia deparar com a situação igual à revolução de 97 (Subtenente Mauro).*

*Esta página nunca será apagada. Queremos que esta crise termine agora, para pensar rapidamente e mudar rapidamente. Mas com certeza a PM não será mais a mesma (Coronel Antônio Carlos – Entrevista ao Estado de Minas, 29 de jun., 1997, p. 42).*

Junho de 1997, sexta feira 13, o final do outono recebia um novo tom em Belo Horizonte: as principais ruas da cidade, “foram tingidas pela cor caqui das fardas” (ALMEIDA, 2004: 75). Tratava-se de uma passeata realizada por praças da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em protestos e reivindicações, marcando o início das manifestações públicas daquilo que os praças consideraram um movimento reivindicatório por melhores condições de vida e de trabalho, flexibilização dos regulamentos e tratamento mais respeitoso por parte dos oficiais. Os policiais contrariaram os regulamentos militares, tomando as ruas e manifestando-se de uma forma que somente civis haviam manifestado até aquele momento.

O movimento que perdurou por quase todo o mês de junho, tendo grande parte das reivindicações aceitas, destacou-se por sua relevância no cenário nacional, seu ineditismo, sua repercussão e pelas mudanças ocorridas na instituição, a Polícia Militar de Minas Gerais. Inicialmente, interessa-me aqui, chamar a atenção para as expressões que aparecem na epígrafe: “divisor de águas”, “revolução de 97” e “a PM não será mais a mesma”. Essas expressões refletem a identificação de dois momentos distintos na história da corporação, ou seja, de um rompimento, um momento antes de 1997 e outro depois, evidenciando assim a importância daquele movimento que além de resultar em significativas mudanças na corporação, deixou profundas marcas na vida dos praças.

Às vésperas de 1997, já existia um contexto de insatisfações internas na Corporação: baixos salários, péssimas condições de trabalho, grande número de policiais cometendo suicídios, abusos e privilégios dos oficiais e um regulamento considerado pelos praças como arbitrário, rígido e ultrapassado, que controlava a vida do policial tanto no espaço público quanto no privado. Contrariar os princípios do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM) acarretava punições.

Apesar da existência dessas insatisfações há algum tempo, o motivo que levou os praças a realizarem manifestações de protestos dentro dos quartéis e posteriormente nas ruas de Belo Horizonte foi um aumento de 11% concedido, no dia 06 de junho, somente para os oficiais, pelo então governador do Estado Eduardo Azeredo, em um acordo com o Comandante Geral da PM, Coronel Antônio Carlos dos Santos. Segundo foi afirmado por praças em entrevistas que serão analisadas adiante, o comandante garantiu ao governo que não teria problema o aumento exclusivo para os oficiais, pois ele tinha controle sobre a tropa.

A notícia chegou até os praças, que se revoltaram, desafiando os regulamentos, realizando uma série de manifestações que eram proibidas aos policiais militares, como queima de colchões no Batalhão de Choque, concessão de entrevistas, greve branca (os praças cruzam os braços nos batalhões e não saem para fazer o policiamento nas ruas), queima de contracheques, passeatas com músicas e palavras de ordem, distribuição de folhetos anônimos e vaias ao Comando. Os praças manifestaram seus descontentamentos através de duas grandes passeatas, nos dias 13 e 24 de junho. Na segunda passeata, quando praças tentaram invadir o Alto Comando da PM, o cabo Valério dos Santos de Oliveira foi atingido por um tiro na cabeça, vindo a falecer.

O movimento ainda pôde contar com a adesão do baixo escalão da Polícia Civil (carcereiros, escrivães e detetives), que, a convite dos policiais militares, engrossaram as fileiras nas passeatas realizadas por eles, com significativo apoio da população.

A situação chegou ao ponto de o governador do Estado, para manter a ordem, solicitar intervenção do governo federal, o qual enviou o exército para proteger a capital e as instâncias governamentais.

Os praças conseguiram um piso de R\$ 615,00 para soldados em início de carreira e aumentos escalonados de acordo com a hierarquia. Foi garantida uma política habitacional, com maior transparência das decisões na Corporação e participação na revisão do RDPM e no Estatuto de Pessoal da Polícia Militar (EPPM).

48% - ou seja, quatro vezes a inflação do último ano, uma grande vitória, já que nenhuma categoria de trabalhador, funcionário público ou não, paisano ou não, conseguiu obter tamanho aumento desde o lançamento do Plano Real, três anos antes do movimento (VEJA, 02 jul., 1997: 26).

Com o fim das manifestações, sindicâncias e inquéritos foram abertos para apurar a morte do cabo Valério. O Comando acusou o soldado Wedson Campos Gomes

e os praças acusaram o Comandante de Policiamento da Capital, Eleotério Cardoso, pelo disparo do tiro. O soldado Wedson foi expulso da PM e condenado em 1998 a 8 anos de prisão. Alguns anos depois de cumprir a pena, foi assassinado. Muitos participantes foram punidos e 186 praças foram expulsos da PM, sendo anistiados no governo de Itamar Franco, porém reintegrados no Corpo de Bombeiros e não na Polícia Militar. O movimento teve também como consequência a emergência política de dois participantes, considerados líderes: o cabo Júlio César Gomes dos Santos e o sargento Washington Fernando Rodrigues, que conseguiram em 1998 vencer as eleições para deputado federal e deputado estadual, respectivamente. O cabo Newton de Moraes que à época era presidente do Clube de Cabos e Soldados e foi integrante da comissão de negociação do movimento reivindicatório também foi eleito deputado estadual. Em julho, mês seguinte às manifestações em Belo Horizonte, policiais de outros estados, a exemplo de Minas Gerais, também se manifestaram.

## **2. As fontes orais: narrativas dos praças**

Esse trabalho serviu-se da História do Tempo Presente, que “é o lugar autorizado para se construir uma narrativa científica acerca do que vivemos, de como vivemos, do que estamos consagrando como memória e, por contraste, do que estamos esquecendo” (MOTTA, 2012: 34), de modo a recorrer principalmente ao recurso metodológico da História Oral que, em minha concepção é o mais apropriado para este tipo de trabalho. Busquei, nas memórias dos praças, através de suas narrativas, as representações acerca daqueles fatos que até hoje repercutem na organização Polícia Militar.

As fontes da história oral que com sua vitalidade é uma metodologia que valoriza a experiência individual na compreensão dos acontecimentos sociais contemporâneos é um valioso instrumento na construção de referenciais para a escrita da história. Tais fontes focalizam a memória pessoal daqueles que muitas vezes ficam à margem da História Oficial e, como bem defende Portelli, existe uma importante relação entre História Oral e democracia, já que os meios de comunicação são excludentes, pois existem pessoas que não sabem ler nem escrever, entretanto possuem oralidade e de alguma maneira têm o controle sobre ela. Além disso, como também nos ensina Portelli (2010: 03), o trabalho da História Oral é político, já que não damos vozes aos excluídos porque eles já a possuem, mas recolhemos e levamos essas vozes ao

espaço público. Para tanto, entrevistei praças que realizaram o movimento reivindicatório, não me focando naqueles que foram considerados lideranças e passaram a fazer parte do meio político-partidário que se formou após o movimento, possuindo estes, narrativas denominadas por Pollak (1992: 200-212) como *depoimentos pré construídos*.

Através desta pesquisa com fontes orais, ou seja, com entrevistas que “tem um valor de documento, e sua interpretação tem a função de descobrir o que documentam” (ALBERTI, 2004: 19), procuro não só informações, mas também o significado dos acontecimentos para aqueles que passaram por aquela experiência, sendo que são nesses significados que encontramos a subjetividade da memória, que deve ser valorizada, porque como colocado por Portelli, o relato por si já é uma expressão de subjetividade da narrativa que constitui característica do sujeito, sendo tarefa do pesquisador distinguir regras e procedimentos que possibilitem compreender e utilizar as narrativas, pois, “a subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si só mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso” (PORTELLI: 1996: 60).

Busquei a história nas memórias pessoais de praças pertencentes ao mesmo espaço social através de narrativas dialógicas, entendendo que a história oral é construída a partir de uma relação entre o historiador e os narradores orais que entrevistamos, e que

podemos ser professores e catedráticos entrevistando uma analfabeta; porém, na entrevista, quem tem o saber de que se necessita é a analfabeta. Nós estamos ali porque não sabemos coisas que os entrevistados sabem. Trata-se de uma experiência de aprendizagem para nós, para o historiador, e é uma experiência em que a relação entre quem ensina e quem aprende se inverte, se troca (PORTELLI, 2010: 05).

A ideia inicial da pesquisa era entender as dimensões da cidadania aplicada à força pública no decorrer de sua história, como essa a entende e em que medida ela foi reivindicada no movimento da Polícia Militar de Minas Gerais em 1997, ou seja, avaliar as concepções de cidadania apresentadas no movimento. Essa problematização surgiu a partir da leitura de trabalhos como os da historiadora Juniele Rabelo Almeida, que acredita que a polícia mineira passava por uma crise de identidade provocada pela dualidade militar-cidadão (ALMEIDA: 2004) e Cotta (2006: 141), que afirma: “Em

busca da construção dessa cidadania, ocorreram mobilizações no interior da instituição policial, agora dentro das regras democráticas”. A questão da cidadania que seria investigada por esta pesquisa foi abandonada. Ao perguntar aos praças sobre a cidadania reivindicada, eles falavam vagamente, sempre se reportando ao RDPM.

Muitas vezes aquilo que queremos escutar não é o que os narradores querem dizer, ou o que julgam importante dizer, mas, se a arte do historiador oral é a escuta (PORTELLI: 1997), devemos estar atentos ao que os entrevistados têm a nos dizer. A problematização desta pesquisa modificou-se completamente em relação à ideia inicial, a partir do momento em que comecei meu trabalho de campo, pois percebi que existiam outros aspectos que foram mais significativos para os praças do que os que eu gostaria que eles abordassem, ocorrendo aquilo que Portelli nos alerta:

“E, se ouvirmos e mantivermos flexível nossa pauta de trabalho, a fim de incluir não só aquilo que acreditamos querer ouvir, mas também o que a outra pessoa considera importante dizer, nossas descobertas sempre vão superar nossas expectativas” (PORTELLI: 1997: 22).

Dessa forma foquei-me no que meus entrevistados queriam falar, pois, como afirmou Rousso, “a história pertence, sobretudo, àqueles que a viveram e que ela é um patrimônio comum que cabe ao historiador exumar e tornar inteligível a seus contemporâneos” (ROUSSO, 2006: 98); o foco, portanto, desta pesquisadora é respeitar essa memória, que é, segundo o mesmo autor, a presença do passado e, como foi colocado por Paul Ricoeur matéria prima da história, uma forma privilegiada para a aquisição do conhecimento histórico, restando ao historiador a análise crítica da memória que é a guardiã do passado, devendo a história esclarecer e reanimar a memória em um diálogo entre ambas, ou seja, história e memória, que não são, segundo Ricoeur, nem sinônimas nem opostas, mas dialógicas (RICOEUR, 2007).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Visto que sempre residi no interior do estado de Minas Gerais, tive, no início da pesquisa certa dificuldade para encontrar quem pudesse me conceder as entrevistas. O problema foi logo sanado por um amigo policial que conheci durante a produção de minha monografia e que escreveu um livro acerca de sua participação no movimento reivindicatório. Então, ele colocou-me em contato com dois participantes das manifestações em Belo Horizonte que me concederam entrevista. Eu possuía o nome dos cento e oitenta e seis policiais excluídos, então os procurei pelas páginas do Facebook, encontrando o nome de apenas onze deles. Desses onze policiais militares, cinco me responderam e marcaram a entrevista. Entre esses cinco consegui a indicação de mais três praças. Além dessas onze entrevistas que realizei, utilizei o testemunho publicado do cabo Bibiano Alex Rocha e do cabo Júlio. A historiadora Juniele Rabelo Almeida disponibilizou em sua tese *Tropas em Protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*, sete entrevistas que foram também utilizadas. Na identificação das entrevistas que realizei, optei por utilizar pseudônimos, o que deixou os policiais mais à vontade para narrar suas experiências, uma vez que o tema ainda é polêmico dentro da instituição, como será mostrado.

Os resultados mostraram que, mesmo com certo distanciamento temporal, o movimento de 1997 é um assunto que causa constrangimento e às vezes temor e emoção, tendo sido para muitos policiais uma experiência traumática. Sobre esse aspecto, Daniel James afirma que “As fontes orais também podem levar-nos além dos limites dos dados empíricos existentes”. E ao comparar esse tipo de fonte com as fontes escritas continua ele: “é muito mais difícil deduzir deste tipo de material o sentimento” (JAMES, 2004: 126). Essa é uma das características inerentes à história oral – os sentimentos que estão envolvidos nesse tipo de trabalho como dor, comoção, orgulho, revolta e mágoa percebidos em muitas das entrevistas que realizei. Mas, isso é um dos fatores que tornam a história oral ainda mais fascinante. Tocar no assunto dos acontecimentos de 1997, mesmo 16 anos depois, ainda é doloroso para os envolvidos, pois foi um movimento que deixou consequências que se fazem sentir até os dias de hoje.

Os acontecimentos daquele ano alteraram não somente a vida profissional dos manifestantes, mas também suas vidas pessoais. Além do desemprego causado pelas exclusões, os praças afirmaram ter sofrido perseguições dos oficiais.

As narrativas são impregnadas de emoção e revelam que os praças, em sua maioria, já estavam familiarizados com a militarização. Alguns, pelo fato de terem pertencido ao exército antes de ingressarem na Polícia Militar; outros, por serem filhos de policiais militares, o que explica em parte a ideia de *predestinação* à PM presente em muitas narrativas, como a do cabo Marcondes: “Desde criança eu já tinha a vontade de ser policial militar” (ALMEIDA, 2010: 258) ou do sargento Fernandes: “Uma vontade que eu tinha desde criança vendo meu pai todo dia se fardando”.

A exaltação e o amor à Polícia Militar foram constantes nas narrativas, como serão mostrados. A perda da profissão representou frustração e dor para muitos deles, embora eles soubessem que estavam desrespeitando os regulamentos e conseqüentemente corriam o risco de arcar com as penalidades geradas por seus atos.

Ronda, ainda, o medo em falar dos acontecimentos de 1997 na PMMG, o que justifica a ausência de alguns praças às entrevistas marcadas, bem como a resistência de alguns oficiais no sentido de autorizarem a realização de entrevistas nos batalhões e no posto de bombeiro. Algumas entrevistas transcorreram com certa tensão. Há muitos não ditos nas lembranças vivenciadas durante o movimento reivindicatório. Os praças

selecionaram o que queriam ou podiam narrar. A maioria dos policiais disse com o gravador desligado que “nem tudo foi dito” ou “tem coisas que não podemos falar”. A título de referência a esse silenciamento apresento uma pesquisa sobre as mulheres judias sobreviventes do campo de concentração durante a Segunda Guerra Mundial, sobre as quais Pollak afirma que “as dificuldades e bloqueios que eventualmente surgiram ao longo de uma entrevista só raramente resultaram de brancos da memória ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado” (POLLAK, 1989: 13). Também no caso das entrevistas com praças participantes do movimento reivindicatório de 1997, esse silenciamento sobre alguns fatos ocorridos não resulta de esquecimentos, mas sim de uma reflexão sobre a utilidade de falar. Essas lembranças silenciadas pelos praças ocorreram, em grande parte, pelo medo de outras punições ou por não quererem abordar um assunto que lhes causou situações traumáticas. É, contudo, um silenciamento declarado. Os próprios praças afirmaram não querer, ou não poder falar. Embora exista essa memória não dita, os praças responderam em suas narrativas a questão proposta por este trabalho: qual é o significado do movimento reivindicatório de 1997 na Polícia Militar de Minas Gerais para esses praças? E fizeram isso através dos ditos e dos não ditos.

### **3. A negação da greve: de repressores a reprimidos**

Os policiais militares, embora sejam trabalhadores assalariados, que como tais deveriam possuir direito de manifestarem e reivindicarem melhorias salariais e de trabalho, possuem no exercício de suas funções características que os diferenciam de outras categorias profissionais, podendo inclusive portar armas e empregar a força quando necessária, sendo legalmente atribuídos a eles certo poder e responsabilidade. Devido a essas características militarizadas da profissão, a Constituição Federal de 1988 veda ao policial militar o direito à greve e à sindicalização. A greve policial é inconstitucional e considerada crime militar pelo Código Penal Militar. Outras características estão presentes na formação militarizada da profissão, como o corporativismo e a presença de princípios norteadores como a hierarquia e a disciplina, modeladas nas Forças Armadas. Além disso, a polícia militar está subordinada ao Estado e entre suas funções está a repressão a movimentos grevistas realizados pela sociedade civil. Tal função foi lembrada pelos próprios praças:

Porque, quando eu fazia parte de um movimento de greve nas outras classes, qual que era a nossa missão? Eu tirava muito policiamento velado, sem farda, né?! a gente infiltrava entre os grevistas, olhava quem que era o líder que estava incitando, né?! o povo, né?! você fazia o sinal pra barreira, os policiais que fazem a barreira, e você ia e empurrava o cara, né?! Cê tá entendendo? Aí, os PMs abria, e o cara que era líder caia no bolo lá, e você ia e prendia o cara, né?! Então, a gente tem muita técnica, né?! (Sargento Ferreira)

A forma violenta que alguns policiais utilizam na repressão aos movimentos reivindicatórios civis foram também lembrados pelos praças. Sargento Soares, ao contar sobre o apoio recebido da população durante as manifestações, afirmou que as pessoas cobraram dele o mesmo tratamento recebido da sociedade:

[...] quando nós chegamos na Praça da Liberdade o pessoal tinha mandado, na Afonso Pena, papel picado na gente, aplaudindo... ‘é isso mesmo e tal’. Aí algumas pessoas falavam, ‘oh, quando a gente fizer greve vê se apoia a gente, não deixa bater na gente não, viu?’

Subtenente Mauro, ao lamentar as condições salariais da Polícia Militar, expressou a forma violenta com que agiam na repressão às greves:

Puxa vida, a gente ganhava menos que um motorista de ônibus, na época. E isso aí era muito triste, porque era época de muito tumulto, de muita greve, de muitos distúrbios civis, e a gente, a gente ficava lá na greve deles, né? Gás lacrimogêneo e bomba de efeito moral e bastão no trabalhador, e sendo que eles, reivindicando e eles ganhavam mais que a gente e aliás muitas das vezes isso aí frustrava muito, frustrou muito.

Brito Filho (1997) define greve como “[...] suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, da prestação pessoal de serviços, em busca da manutenção ou da melhoria das condições de trabalho”. Dessa forma, podem-se enquadrar as manifestações de 1997 como greve, visto que houve suspensão parcial dos serviços em busca de melhorias para os praças. Sargento Amaro chegou a afirmar, inclusive, que houve a “parada total de alguns batalhões de Belo Horizonte”.

Nas análises das narrativas dos praças acerca do movimento, foi possível perceber que estes não consideram o que ocorreu em 1997 uma greve, preferindo o termo “movimento reivindicatório”. “[...] porque na verdade não foi uma greve, porque é..., não houve uma paralisação com o serviço, né?! Eu, por exemplo, eu trabalhei” (Sargento Ferreira). “O movimento em 97, eu falo que é um movimento reivindicatório,

né? Não se fala greve, eu acredito que não houve greve, né?” (Sargento Fernandes). Para o tenente Carvalho, os praças “não entraram em greve, eles se mobilizaram”.

Uma das justificativas para a negação do termo *greve* foi de que o movimento grevista é planejado e anunciado, e o movimento dos praças surgiu *do nada* e não teve articuladores, lideranças. Essas só surgiram após o início das manifestações pela necessidade de porta-vozes. Foi daí que apareceram as lideranças do cabo Júlio e do sargento Rodrigues. Sargento Milton acredita que isso se deu, inclusive, pela falta de experiência com o movimento sindical:

Afinal, o movimento não teve uma organização, uma condução. Não teve organização até mesmo por nossa inexperiência do ponto de vista sindical. Foi um movimento que nasceu assim, espontâneo, fruto da nossa necessidade. Não foi programado, premeditado. Não existiu isso (ALMEIDA, 2010: 285).

Contudo, embora os praças insistam em afirmar que a mobilização foi espontânea, surgida *do nada*, a politização dos praças já se fazia visível antes dos acontecimentos de junho de 1997. Sargento Ferreira contou-me sobre a existência de uma associação clandestina da qual ele fazia parte:

Eu lembro que naquela época, policiais, eles, chegavam até suicidar porque não tinha alimento dentro de casa, passava dificuldade, né?! Não tinha acompanhamento psicológico. Eu falo isso porque antes, anterior a greve, bem anterior, eu fazia parte de uma associação que naquela época, era, era, clandestina. É, esta associação, ela existe até hoje, né?! Mas, só que ela não é reconhecida ainda não. Associação de cabos e soldados. É..., existe o clube, né?! Mas, é diferente. Então, através dessa associação que, na qual, eu fazia parte, nós colocávamos faixas e cartazes de madrugada, fazíamos reuniões, né?! É..., saía distribuindo panfletos, né?! Pedindo aumento de salário, pedindo adicional noturno.

Sargento Soares, ao afirmar que o movimento não foi planejado, citou tentativas de outros movimentos anteriores, o que reforça a ideia de que a politização é anterior à greve de 1997 na PMMG: “As pessoas que tentaram planejar antes, elas já tinham sido mandadas para outros lugares, não houve influência dessas pessoas”.

Mesmo o envolvimento na política partidária, não se iniciou após o movimento. Embora o sargento Bravo, assessor do deputado sargento Rodrigues, tenha afirmado que “esse nosso caminho na política surgiu de um movimento”, (ALMEIDA, 2010: 281) o envolvimento na política partidária já existia. Ele mesmo conta:

Antes da greve, eu ajudei o Rodrigues nas eleições de 1996. Perdemos as eleições porque não tínhamos experiência: nós não montamos um comitê, não tínhamos um telefone para fazerem contato, nós não saímos para visitar familiares. Mesmo assim faltaram 314 votos para ele ser eleito.

Outra forma de manifestação da politização dos praças é a Associação de Subtenentes e Sargentos que já existia desde 1994 e uma de suas finalidades era representar os praças judicialmente e institucionalmente, porém elas estavam ainda engatinhando, não possuindo muita credibilidade junto aos praças.

O termo greve, enraizado no senso comum para designar os eventos de 1997, aparece naturalmente na narrativa dos praças, porém, quando classificam os fatos especificamente, defendem que não ocorreu greve. Um dos policiais entrevistados usa a palavra “greve” em quase toda a sua narrativa. Mas, em outros momentos, ele defende que não foi greve e inclusive evidencia o afastamento com o movimento sindical, chamando os membros que tentaram se infiltrar nas manifestações de “baderneiros” ao descrever uma das passeatas:

Aí começa chegar também gente que, digamos assim, entre aspas, os “baderneiros”, né? Que querem juntar no auê ali, mas os militares, eles começam a tirar essas pessoas, né? É... surgem inclusive, movimentos sindicais, com... com faixas, parecem que já estavam esperando alguma coisa, né? Por isso que eu falo em movimento, a greve, ela não surge do nada (Cabo Silas).

A respeito do assunto, um dos sargentos entrevistados também enfoca tal distanciamento, reforçando a ideia de que os PMs são disciplinados e ordeiros e que os propósitos dos civis são adversos aos dos militares, portanto os civis, “baderneiros”, não podem misturar-se à manifestação dos policiais militares.

Outros movimentos queriam juntar-se a nós, e havia policiais militares..., nós buscamos..., como nós estávamos fardados, nós questionávamos se era autoridade civil e assim que a pessoa dizia que não era, a gente questionava o que ela tava fazendo ali e aí, descobrimos que elas estavam com outros propósitos. Então, seria uma coisa incontrolável se eles permanecessem, então, assim, de uma forma organizada nós não permitimos que eles se misturassem a nós, que a nossa reivindicação era totalmente diferente, não era uma baderna (Sargento Alves).

Ocorreu também, durante as manifestações, a tentativa de participação da CUT no movimento, o que os praças contam com repulsa como o exemplo da narrativa do

sargento Milton: “De repente, apareceu um caminhão de som não sei de onde. Era um caminhão de som da CUT” (ALMEIDA, 2010: 285). Cabo De Sal enfatizou a ideia de afastamento do movimento da polícia com outros movimentos:

Vieram outros movimentos para incorporar ao nosso como a CUT e nós cortamos. O movimento era nosso, era único. Nós não aceitamos ninguém entrar no nosso movimento, só nosso, era o movimento da Polícia Militar. A CUT chegou com bandeira e nós quebramos, não aceitamos, não tinha manipulação política, era um movimento da Polícia Militar (ALMEIDA, 2010: 266).

O fato de os policiais militares negarem-se em afirmar que realizaram uma greve se relaciona à dificuldade em confessar que agiram de forma ilegal, mesmo que por uma finalidade considerada justa pelos praças. Para Carvalho (1997), o movimento dos praças, assim como o movimento dos sem-terra, tem-se caracterizado, enquadra-se nos “movimentos sociais que violam a lei em nome da justiça”. O fato é que eles foram excluídos porque desconsideraram os regulamentos, sejam eles justos ou injustos. Outro fato a ser considerado é que, ao mostrar suas visões dos fatos alegando que não ocorreu greve, movimento que os policiais reprimem nas ruas e que é ilegal dentro da corporação Polícia Militar, ele evidencia uma característica do mundo militar, que é o distanciamento do mundo civil. Afirmar que realizaram uma greve é aceitarem que usaram recursos à disposição de civis, é confirmarem que eles utilizaram de ações que combatem no exercício de suas funções, é se aproximarem do cidadão civil. O adjetivo “baderneiros” referido anteriormente opõe-se a “ordeiros”, no caso os policiais militares. Assim, profissão policial militar exige de seus membros comportamentos diferenciados do mundo civil. Muniz (1999: 88) afirma que o termo “policial militar”, “aponta para a apreensão de uma diferença”, o “reconhecimento de um ‘outro’”, com singularidades e modos particulares de ser, identificando o outro como “diferente”.

Esse afastamento com o mundo civil e a valorização do militar como membro de uma instituição organizada e disciplinada, aparece também nas narrativas de praças quando se referem ao rompimento do cordão de isolamento que culminou no tiroteio com a conseqüente morte do cabo Valério. Embora tenham sido os próprios policiais militares a convidarem os policiais civis para participarem das manifestações, eles culpam os policiais civis pela “desordem” que culminou no tiroteio. Sargento Soares reflete sua opinião alegando falta de seriedade dos policiais civis na participação do movimento, através da seguinte narrativa: “[...] tinha um cordão de isolamento, aí

começou um empurra, empurra, empurra, empurra, os caras da Polícia Civil mais avacalhados ‘thu!’ romperam o cordão de isolamento!”. Na narrativa do subtenente Mauro fica claro o valor que esse atribui à tropa militar, que diferente da tropa civil, é uma tropa de respeito: “Mas, são tropas diferentes, a tropa militar da tropa civil, são diferentes, e..., em virtude daquela situação aconteceram situações no cordão de isolamento de desrespeito, no qual um militar não faria”.

Os praças procuraram mostrar uma instituição incapaz de provocar qualquer desordem na ordem pública. A participação da Polícia Civil no movimento serviu de base para narrativas que procuraram mostrar que se o pior aconteceu, a culpa não foi deles: “... eu vi nitidamente que quem começou o processo de querer invadir o prédio do comando não foram os militares, foram os policiais civis” (Sargento Miranda).

#### **4. RDPM: hierarquia e disciplina como questão**

A estrutura hierárquica, autoritária e disciplinar da Polícia Militar de Minas Gerais estava fundamentada no RDPM, principal documento responsável pelas punições dentro da Organização. Possuía princípios, normas, penas e definia comportamentos e competências às quais a PMMG deveria inquestionavelmente seguir. O RDPM tem em sua estrutura interna um modelo copiado do exército e com sua rigidez e severas sanções, acaba por subordinar a Força Pública a uma forte disciplina. A mudança nesse regimento foi uma das reivindicações dos praças na greve de 1997, já que os policiais reclamavam do mau uso do regulamento, que muitas vezes era para os oficiais um instrumento que possibilitava segundo os praças o “abuso de poder”.

Na concepção dos praças entrevistados, o RDPM trazia em si artigos arcaicos e antidemocráticos. Sua abrangência ultrapassava os muros da Instituição Polícia Militar regendo toda a vida do policial, dentro e fora da Corporação.

Os praças reclamaram dos excessos cometidos pelos oficiais, contudo esses excessos eram respaldados pelo regulamento. Segundo suas queixas, eles poderiam ser punidos, inclusive com prisões administrativas, por faltas banais como colocou sargento Pereira: “O militar às vezes, ele era preso cinco dias... não fez continência!” Sargento Alves, que pertencia à cavalaria, em relação às faltas queixou-se: “As minhas faltas eram ‘o cavalo estava com pé sujo’... É..., ‘troquei o cavalo sem autorização. Peguei o reserva porque o meu estava machucado””.

Ao ingressar na polícia, ocorre um aprendizado de símbolos e de cumprimento de deveres, os quais, com o tempo, o jovem os reconhecem na cadeia de comando e autoridade constituída, de modo a considerar um dever a obedecer, não apenas por ser uma atitude legal e estatutária, mas o que se percebe nas Organizações Militares é uma legitimação dessa autoridade pelos escalões mais baixos na hierarquia. Isso ocorre durante a preparação do recruta dentro da Academia de Polícia Militar, onde ele aprende todos os valores da Instituição, inclusive o de acatar a autoridade burocrática instituída nas leis internas da PMMG. A partir do curso de formação para ser um policial, a personalidade do indivíduo é moldada de forma a estar de acordo com os padrões disciplinares da Instituição (ASSIS, 2000: 28-31).

Hierarquia e disciplina são pilares de sustentação das organizações militares. Essa hierarquia refere-se à subordinação daquele de menor posto ou graduação àquele de maior. A disciplina é o cumprimento do dever, obedecendo com prontidão à autoridade hierarquicamente superior (SILVA, 2004: 16-17). Embora abaladas e rompidas durante o período das manifestações, os praças ressaltaram o valor que atribuem à hierarquia e à disciplina como mecanismos indispensáveis ao bom funcionamento da instituição. Todos os entrevistados afirmaram que a hierarquia e a disciplina não podem deixar de existir, caso contrário, elas tendem a se extinguir. “Se acabar a hierarquia da Polícia Militar, acaba a Polícia! Vira um bando de homens armados, porque nós somos muitos homens. O que segura a Polícia Militar chama-se hierarquia!” (Cabo Rocha).

Sargento Amaro afirmou que “a hierarquia existia, porém de uma maneira errada”. Tenente Carvalho ratifica essa ideia: “A hierarquia e a disciplina são necessárias na minha opinião, mas o que não pode ser adequada é a truculência, adequada a perversão”. Sargento Miranda fala da reciprocidade em relação aos praças e oficiais: “... característica importante é hierarquia e a disciplina, eu acho. Olha, eu vejo assim, sabe? Ela ensina inclusive você é..., se você tem disciplina consciente, ou seja, você respeitar o seu superior, mas o seu superior respeitar você”.

As narrativas acima comprovam o que defende Barros (2005), ou seja, a hierarquia e a disciplina foram rompidas durante as manifestações de junho de 1997, mas elas não eram objeto de questionamento. Questionou-se o abuso dos oficiais no uso do poder hierárquico, contudo esse abuso era respaldado no RDPM que também obrigava ao praça uma obediência, caso não fosse mantida eles poderiam sofrer

punições, inclusive por atos considerados por eles banais, por isso a revisão do regulamento foi uma das principais reivindicações.

As manifestações dos praças colocaram em pauta discussões sobre a necessidade de reformulação das instituições policiais militares. Muito se falou acerca da inadequação do modelo militar aplicado à polícia, contudo as narrativas mostraram que essa não era uma preocupação dos praças. Eles reivindicavam mudanças em um regulamento que proporcionava aos oficiais condições para o abuso da autoridade concedida a eles e não da militarização, que, ao contrário, é colocada por muitos policiais como um valor positivo: “eu lutei curso a curso, treinamentos e mais treinamentos, para chegar aonde eu cheguei, através do militarismo, e eu não acredito em outra forma, eu não vejo outra forma de se exercer a segurança que não seja essa” (Subtenente Mauro).

Barros afirma que o movimento de 1997 não reivindicava a desmilitarização da polícia como apontam alguns estudiosos. O autor também não acredita em uma cultura com características puramente militares, mas, na presença de uma cultura “quase militar”. E, em relação às manifestações de 1997, afirma que:

Quanto à hierarquia e disciplina, princípios abalados durante e após a mobilização, tudo indica que foram ressignificados. Isto porque não foi um movimento que reivindicava a desmilitarização da polícia ou mesmo colocar em questão toda a gênese, maturação e desenvolvimento da instituição. No que concerne aos valores militares, as praças nada mais pediram do que o cumprimento da ética policial militar, assentadas no “respeito à dignidade da pessoa humana, a camaradagem, o espírito de cooperação” e a solidariedade dos comandantes (BARROS, 2011: 09).

É certo que a greve não pode ser explicada pelo viés da *militarização*, atribuindo o fato ao excesso de disciplina nos quartéis, como se todo o problema estivesse na militarização da Polícia Militar. A *crise* também atingiu a Polícia Civil, uma Organização não militarizada. Os praças entrevistados, em sua maioria, não são a favor da desmilitarização da polícia: “Em suma, eu penso que o sistema militar é muito bom, porque coloca responsabilidades” (Tenente Carvalho). “... eu sempre achei muito empolgante essa coisa do militarismo, da hierarquia, da disciplina” (Cabo Silas). Acerca do assunto expôs sargento Amaro:

A hierarquia e a disciplina têm que existir porque a partir do momento que você perde o comando sobre o seu militar, você perde o controle de qualquer operação, de qualquer missão. Eu acho que o militarismo

tem que ser feito com inteligência, mas, eu acho que a desmilitarização não vai fazer bem, eu acho que deve existir sim, até mesmo pra que tenha o controle, dependendo da situação em que necessitar da Polícia Militar. Tem que haver a militarização.

A respeito dessas questões, os praças novamente ressaltaram o afastamento com o mundo civil, ao compararem a polícia civil com a militar referindo-se à polícia militar como superior à polícia civil: “Não! Não! Favor da desmilitarização não! Não sou a favor, porque é isso que segura! Isso que segura! Se fizer com a Polícia Militar igual é na Polícia Civil dá problema” (Cabo Silva). Em relação à desmilitarização, cabo Bezerra expõe sua opinião da seguinte maneira: “Eu acho que não seria uma boa não. A verdade é essa. Como eu tô te falado sobre a questão da hierarquia e disciplina, nós iríamos viver uma situação de fardados, porém, como a polícia civil”.

Barros reforça a ideia dessa defesa do militarismo pelos praças ao falar do gerenciamento da instituição. Após as manifestações de 1997, além das discussões sobre a desmilitarização, foi ressaltada também a possibilidade de unificação das polícias civis e militares:

Ser administrado por um secretário “paisano”, para os policiais, é muito mais que uma simples resistência às políticas de unificação das atividades ostensivas com as de investigação da Polícia Civil. Os PMs temem perder o prestígio do passado, carregado de tradições e apoio ao Estado. Revelam ter receio de ficarem de lado na política de segurança pública levada a efeito pelo Governo. A questão dos recursos e dos salários são temas muito recorrentes nessas discussões. Por último, os PMs apostam na existência de um espírito de corpo mantido somente por um comandante que tem a ciência do que é “ser polícia militar” (BARROS, 2005: 206).

Almeida (2010: 250) conta que, para conceder-lhe entrevista sargento Maurício, foi ao seu encontro usando farda, um símbolo fundamental para os militares, o que demonstra o respeito aos valores apreendidos na formação militar daquele sargento que, mesmo aposentado, quis se apresentar fardado para a entrevista.

Os policiais militares reivindicaram direitos e garantias individuais que eram concedidos aos civis, como a liberdade de expressão, mas sem abrir mão de sua condição de militar. Após a extinção do RDPM, acabaram-se as prisões administrativas e eles conseguiram o direito à contraditório e ampla defesa. Dessa forma, puderam defender-se de possíveis abusos por parte dos oficiais.

## 5. O mito fundador: Identificação e representatividade

Foi possível perceber a presença de elementos narrativos comuns nas entrevistas dos praças. É o caso das narrativas, quando se referem ao encontro do comandante da Polícia Militar com o governador na reunião onde foi acertado o aumento salarial exclusivo para os oficiais. As narrativas referentes a este fato compartilham uma espécie de “mito fundador”, presente na afirmação de que o comandante havia dito ao governador que ele poderia dar o aumento para os oficiais que ele segurava a tropa.

O conceito “mito fundador” foi trabalhado por Alessandro Portelli em alguns de seus textos. Entre eles “O melhor limpa-latas da cidade: A vida e os tempos de Valtèro Peppoloni” (PORTELLI, 2010). Peppoloni era um morador de Terni, uma cidade italiana, que concedeu entrevista a Portelli. Apesar do artigo concentrar-se nas histórias de Peppoloni, Portelli refere-se também a algumas outras histórias, para mostrar como os relatos de outros moradores de Terni se relacionam e como coincidem com a história da cidade. Os relatos de Peppoloni estão repletos de elementos compartilhados. Em outro texto, “O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”, Portelli enfoca a importância dos mitos nas representações de determinadas culturas, descrevendo-o da seguinte forma:

... um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto representações partilhadas por uma cultura (PORTELLI, 2006: 120-121).

Somente o governador do Estado e o Comandante Geral da Polícia Militar podem saber sobre a veracidade ou não dessa narrativa encontrada nas entrevistas. Entretanto, o mais importante nela não é sua fidedignidade ou não, mas sua representação para os praças.

Percebe-se, nas memórias compartilhadas pelos policiais, que esse “mito fundador” inflamou os ânimos da tropa, fazendo com que ela se sentisse traída e desamparada por aqueles que, hierarquicamente falando, têm o dever de protegê-los, como manifestou sargento Alves ao comparar a relação do praça com o oficial à do pai com o filho, que nesse caso foi abandonado: “Então, eu entendi como uma traição, é

como um pai que deveria cuidar do filho e acabou jogando na rua, foi o que aconteceu conosco”. Esse “mito fundador” foi o estopim para a eclosão das manifestações de 1997. A frase “nós seguramos a tropa”, repetida por vários policiais e que tem a estrutura de um “mito fundador”, aparece nas narrativas de praças de formas expressivas diversas. O termo “traição” reporta a uma questão moral. No testemunho publicado do cabo Bibiano Alex Rocha, encontramos o mesmo tipo de narrativa, que caracteriza a atitude dos coronéis como traição e crueldade: “Os coronéis sem pensar na coletividade, e pior, de maneira cruel e traidora, dizem ao governador: ‘Senhor governador, pode dar o aumento, nós seguramos a tropa’” (ROCHA, 2006: 89).

Em uma instituição em que seus membros se definem como um “corpo unido”, constatar que os coronéis que representam a cabeça desse corpo aceitaram melhoria salarial somente para eles deixando os praças de fora, foi no olhar desses praças um grande golpe, uma traição, um desamparo diante das situações precárias de vida e de trabalho pelas quais eles passavam. As narrativas referentes ao aumento exclusivo para os oficiais foram marcadas por revoltas e exaltações nas vozes durante as entrevistas, revelando a representatividade do mito fundador na subjetividade dos narradores.

Em outra entrevista, sargento Alves com expressão de indignação apresenta sua visão apelando para a questão moral novamente: “As pessoas que tinham acesso ao comandante não tiveram a hombridade, faltou, com todo..., se é que merece respeito..., eu posso dizer a seguinte palavra que define homens como esses aí, é covarde!” Em entrevista concedida a mim, o cabo Silas explica:

Dentro de um grupo assim, a notícia espalha muito rápido, é que um oficial com a função de comando, havia dito ao governador que ele poderia ficar tranquilo, pra ele ficar tranquilo que a tropa, não! Pode dar o aumento pra gente, que a tropa a gente segura, e ocorre totalmente ao contrário, né?

Ao afirmar que “ocorre ao contrário”, cabo Silas refere-se ao fato dos praças partirem para as ruas manifestarem suas indignações após o aumento exclusivo dado aos oficiais e estes não conseguirem impedir as manifestações públicas. Essa estrutura de um “mito fundador” está entre as causas do movimento e transpõe a esfera econômica. O problema salarial que está relacionado a este fato e que compõe importante contexto dos acontecimentos, apresenta um sentido moral no movimento que criou uma consciência de grupo que fez com que eles se mobilizassem.

Tenente Carvalho lembrou-se da passagem do acordo salarial utilizando o valor moral da “dignidade” narrando da seguinte maneira: “... se desse aumento pro oficialato, eles seguravam a tropa no regulamento. E desde quando segurar a praça no regulamento segura dignidade social né?”

Alvito, em seu estudo sobre a favela de Acari, constatou que nas representações dos moradores, os bons chefes do tráfico haviam abraçado a atividade ilegal em nome da honra e afirma ainda, que naquela sociedade “tudo é moral, tudo visa à honra ou a desonra” (ALVITO, 2001: 243). Esse pressuposto está presente também nas narrativas dos praças, sendo o tempo todo permeada pela questão moral. Outro bom exemplo é a narrativa do cabo Silva que manifestou sua indignação da seguinte forma:

E nós ficamos sabendo o seguinte: que **a parte de cima** tinha tido aumento e **a parte de baixo** não, não ia, não ia ter aumento. E que, o pessoal, que estava em cima, falou o seguinte: que eles poderiam ter aumento tranquilo, que a tropa eles seguravam. Só que eles, só que eles, não contaram com isso aí, né? Porque eles seguram entre aspas, porque eu sou subordinado hierar..., hierar..., hierarquicamente, subordinado, mas só que, como homem eu não sou subordinado a ninguém não. Graduado eu sou subordinado, mas, como homem não! **Não tenho subordinação como homem não!** E foi aí que surgiu isso aí. (Negrito da autora)

Na narrativa acima, percebe-se que – “a parte de cima” – ou seja, o Comando da PM quebrou o pacto de honra, deixando de zelar pela proteção da tropa subordinada a ele, o que serviu de justificativa para que os praças quebrassem a hierarquia e a disciplina. Segundo Pitt-Rivers (1992: 18), “a honra é um estado moral que provém da imagem que cada um tem de si”. A honra abalada é percebida na expressão “como homem eu não sou subordinado não”. Bourdieu (2002) afirma que a honra como sentimento e prática revela como os atores sociais orientam suas ações e reagem às dos outros. Na mesma linha, segue Pitt-Rivers (1992), quando ressalta que a honra é um sentimento motivador de conduta e que embora individual ela pode ser também coletiva e se fixar em um grupo social que no caso aqui abordado são os policiais militares. E em nome dessa honra coletiva, ocorreram as manifestações: “E foi aí que surgiu isso aí”, ou seja, eles buscaram afirmar a honra, diante deles mesmos, e da sociedade através das manifestações públicas naquele movimento. Como coloca Pitt-Rivers apud Alvito,

Honra é o valor de uma pessoa ao seus próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade. É a estimativa de seu próprio valor ou dignidade, pretensão ao orgulho, mas também o reconhecimento dessa pretensão, sua excelência reconhecida pela sociedade, seu direito ao orgulho (ALVITO, 2001: 241).

As partes que compõem um todo, representadas pelos oficiais “a parte de cima” e os praças a “parte de baixo”, formam um corpo. Os praças sentiram que o *espírito de corpo*, que favorece “a elaboração de fortes sentimentos de união e cumplicidade” (MUNIZ, 1999: 97) e que está presente na formação e atuação do policial militar, havia sido abalado quando em negociação com o governo do estado, o Comandante Geral da PM aceitou o aumento exclusivo. Dessa forma ele quebrou a camaradagem, a solidariedade, o sentimento de unidade e de cumplicidade de seus pares, que fazem parte dos princípios e dos valores incorporados pelo indivíduo no período de formação de um policial militar. Esse corporativismo foi ressaltado por cabo Silas como um importante componente presente na Polícia Militar e em relação a essa questão ele explicou que “o espírito de corpo é..., eu não existo como um soldado único”. Para os praças, os oficiais não agiram como um corpo unido, não agiram como cabeça desse corpo. A narrativa do sargento Fernandes expressa bem essa ideia:

Eu sou subordinado, passando necessidade, passando fome, mendigando, e aceitar uma coisa dessa, ele é covarde, ele não é comandante não, nem líder, porque comandante e líder é diferente, ele conhece sua tropa, sabe onde está sua tropa e defende o interesse da sua tropa.

Percebe-se aqui que a ideia de desamparo aparece mais uma vez. Foi por isso que, segundo eles, teriam ocorrido as manifestações: “Então, eclodiu esse movimento reivindicatório, né?” (Sargento Fernandes). Os oficiais romperam com valores éticos fazendo com que os praças rompessem com a hierarquia e com a disciplina. Ao perguntar sargento Amaro sobre os valores que na opinião dele eram os mais importantes na PMMG ele respondeu: “acho que a honra, a lealdade, a disciplina”.

Subtenente Mauro expõe os fatos referentes às negociações do governador com o Comando da seguinte maneira:

Mas, dentro do prédio existiam oficiais sem estrelas, eles abandonavam seus galões, eles jogavam suas estrelas fora pelo solo, eu nunca, eu nunca, eu nunca arrancaria minha divisa do meu braço. Eu dou muito valor a minha vida militar de honra e de glória de caveira que eu sou. Não tenho rancor do que eles fizeram comigo, eu sou militar, em tempo de guerra eu seria fuzilado, enforcado como um rebelde, esquartejado igual Tiradentes, eu sei disso, mas o fato de eles terem roubado, é muito mais feio do que você lutar em prol de uma causa justa.

Para narrar o episódio, subtenente Mauro se reportou aos significados dos símbolos e insígnias militares como *estrelas*, *galões*, *divisa* e *Tiradentes*, para ressaltar a sua visão de que a honra militar foi ferida no ato que ele entendeu como vergonhoso para um policial militar: “existiam oficiais sem estrelas, eles abandonavam seus galões”, “jogavam suas estrelas fora”, “eu nunca arrancaria minha divisa do meu braço”, “eu dou muito valor a minha vida militar de honra e de glória”. Ele considerou a atitude dos oficiais como um roubo e usa desse argumento para justificar as atitudes dos policiais que saíram às ruas para manifestarem, mas, apresenta também de certa forma uma ideia de culpa por ter errado enquanto militar: “eu sou militar, em tempo de guerra eu seria fuzilado, enforcado como um rebelde, esquartejado igual Tiradentes, eu sei disso”, mas em seguida ele afirma que o movimento foi justo e ameniza a culpa: “mas o fato de eles terem roubado, é muito mais feio do que você lutar em prol de uma causa justa”.

## **6. Memória traumática: Luto, dor, frustração e esperança**

Os maiores ressentimentos com os acontecimentos de junho de 1997 na PMMG certamente referem-se às exclusões, à morte do cabo Valério e ao que os praças entrevistados consideram como “traição dos coronéis”, assunto já abordado aqui.

Em relação às exclusões, as narrativas quase sempre foram marcadas por muita emoção dos entrevistados. A maioria afirmou terem passado grandes dificuldades. Muitos procuraram empregos no setor de segurança ou passaram a receber ajuda de parentes. Sargento Alves narrou sua exclusão como um pesadelo. O momento do recolhimento de suas fardas e da carteira de identidade de beneficiários do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM) dos filhos foram narrados algumas vezes com lágrimas, pausas e suspiros nas falas.

O mais difícil foi quando eles chegaram para mim e me entregaram esta notificação dizendo dessa forma: “sr. Sargento Alves amanhã você... (pausa – choro) não precisa voltar mais. Eu vou na sua casa pegar a carteirinha sua e da sua esposa, do seu menino... Você está com a carteirinha do IPSM?” Eu disse: “Não, não estou”. “Eu vou lá buscar a carteirinha com você”. Eu, eu praticamente fui escoltado. Parecia que o subtenente recebeu orientação de tomar cuidado comigo para eu não... talvez me suicidar... eu não sei. Eu não tinha essa intenção. Aí, foi ruim para mim que tive que entregar minha carteira... (pausa – choro). Eu não carregava a arma do quartel. Tive que entregar o cinto de guarnição. É o que a gente tinha. Tinha que

entregar tudo que identificava. E aí, naquela noite praticamente a gente não dormiu.

Cabo De Sal retratou esse momento da seguinte maneira:

No momento que eles falaram para mim que eu estava excluído, parecia que tinham tirado o meu chão. Eu não acreditava. Pediram a minha carteira funcional de polícia. Eu era casado à época, tinha meu filho. Eu tive que devolver a carteira de saúde, de benefícios do Hospital Militar do meu filho e esposa. Meu filho tinha quatro anos, precisando de assistência hospitalar e me tomaram a carteira. No mesmo dia foram querendo tudo, aquilo ali para mim foi uma humilhação muito grande, um impacto muito grande. Eu senti muito, porque a Polícia Militar para mim não era só um emprego, era um dom, era uma coisa que eu almejava desde adolescente: ser um policial militar. Eu estava perdendo tudo, minha carreira indo por água abaixo, por uma luta com os meus colegas (ALMEIDA, 2010: 269).

Além da dor da exclusão, cabo De Sal falou também em *vergonha* diante das pessoas que iam dirigir-se a ele com um olhar diferente:

No dia da exclusão eu fui para casa muito abalado, chorei muito. Fiquei em casa uns três a quatro dias. Um dia eu era um policial militar respeitado no meu bairro, eu fiquei com vergonha, não tinha cara para sair. Acreditava que muitos amigos iriam me olhar diferente, a sociedade iria me olhar diferente, eu sentia que tinha perdido mais que um emprego. O policial militar tem um treinamento, uma visão, o militarismo, a amizade. Somos cobrados. Quando fui excluído me senti arrasado, acabado. Chegando em casa, eu não queria jantar. No outro dia, eu já não queria almoçar... só pensava nisso. Aquilo virou um inferno na minha vida, demorei a colocar os pés no chão... até as coisas chegarem no lugar. Foi um momento muito difícil para mim (ALMEIDA, 2010: 270).

Os bombeiros que participaram do movimento receberam anistia em 1999 no governo de Itamar Franco. Para os praças da Polícia Militar essa anistia não foi completa, pois eles foram reintegrados no Corpo de Bombeiros, o que causou insatisfação e frustração como pode ser verificado na narrativa do sargento Ferreira: “Eu acho que eu fui punido, né? Porque eu tô no Bombeiro. Eu gostaria de tá na PM”. Para esse sargento não houve anistia. Para cabo De Sal a anistia “foi incompleta, não foi uma anistia, pode-se usar outro termo e não anistia, porque anistia é perdoada, é um perdão de todos os seus atos, de todos os acontecimentos: eu deveria voltar para a minha corporação anterior” (ALMEIDA, 2010: 248).

Sargento Alves foi taxativo em dizer que o movimento não foi bom para ele e que abriria mão das conquistas que obteve para sair do Corpo de Bombeiros e ser um policial militar novamente.

O choro nosso de 97, o nosso clamor foi uma vitória muito grande para todos que ficaram na PM, que são PMs e que ficaram na PM. Os que são bombeiros e ficaram no Bombeiro. Vou deixar bem claro! Foi ótimo para essas pessoas! Para os bombeiros que ficaram no Bombeiro e para os PMs que ficaram na PM. Mas nós que somos PMs e estamos no Bombeiro não foi legal. Eu prefiro abrir mão do meu salário. Eu prefiro abrir mão da minha graduação. Eu devolvo a minha divisa de sargento para ser cabo da Polícia. Quero deixar bem claro que eu não gosto disso. Eu não nasci para isso.

Embora afirmem terem alcançado muitas conquistas, o movimento gerou em alguns casos traumas, ou seja, danos emocionais deixados pelos resultados do movimento reivindicatório. O cabo De Sal em entrevista a Almeida ressaltou seu desejo de retornar à Polícia Militar e as consequências negativas que o movimento trouxe para a sua vida pessoal: “Toda essa questão de vir para o bombeiro, de adaptação, atrapalhou muito a minha vida... me separei, ao longo do tempo, houve muitas confusões em casa, relacionamento interpessoal, relacionamento com amigos” (ALMEIDA, 2010: 270). O cabo afirma só estar no Corpo de Bombeiros para não ficar sem emprego, e, assim como sargento Ferreira, ele não se sente anistiado e sim injustamente punido:

“Eu não me senti anistiado. Eu me sinto punido injustamente por uma coisa justa que melhorou para todo mundo, e que hoje é reconhecidamente público que foi justo, trouxe melhorias, que mudou para melhor o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar” (ALMEIDA, 2010: 270).

Além disso, lamenta carregar o rótulo de “anistiado” e “grevista”, embora reconheça a importância do movimento, resalta que ele foi traumático e faz menção novamente à sua esperança de voltar à Polícia Militar:

A greve de 97 foi muito traumática. Nós, praças, fomos punidos, taxados até hoje. Aqui dentro do Corpo de Bombeiro eu carrego a mesma cruz: ser taxado como “grevista” e como “anistiado da Polícia”. Alguma missão não me é confiada por eu ter participado da greve, por eu ser grevista, isso acontece até hoje. É o preço que a gente paga. Porém somos respeitados, por termos colocado nossa cara, por termos lutado, por termos trazido melhorias. Muitos reconhecem isso. Eu tenho o desejo ainda de voltar para a Polícia Militar, de fazer o que eu sempre gostei, e sempre quis desde pequeno (ALMEIDA, 2010: 271).

Sargento Soares contou-me sobre dificuldades que teve para adaptar-se ao Corpo de Bombeiros e o que isso significou em sua vida. Ele realça a ideia transmitida por alguns praças entrevistados de que já era vontade do Corpo de Bombeiros a separação<sup>4</sup>.

Aqui é muito pior. Então, o sonho dos caras era a separação pra que acabasse isso, porque o oficial quando não dava certo na polícia, mandavam pra cá. Aí a carne de pescoço que não servia lá, então, o cara vinha pra cá, não tinha conhecimento nenhum do bombeiro, ele chegava, mandava e desmandava. Isso é o que mexeu muito comigo. Eu vim pra cá zerado, eu tive que aprender a nadar, tive que aprender a mexer com altura, tive que aprender sobre medicamentos, tive que aprender a ter controle diferenciado, porque até então eu olhava no olho, tentava fazer aquele tipo de pergunta, pra saber se o cara era vagabundo, se não era vagabundo. Hoje o cara chega ali, eu tô atendendo a vítima e ele está fumando maconha, está cheirando do meu lado, mas o que eu tenho a ver com ele, eu tô por conta da vítima. Hoje minha visão é totalmente diferente, mexeu muito comigo, muito com minha vida, eu tive que readaptar ao serviço militar.

Segundo contou-me sargento Soares, durante os seus dois primeiros anos no Corpo de Bombeiros ele não se empenhava na profissão, pois, sonhava voltar para os quadros da Polícia Militar:

Então isso mexeu muito comigo, não só do lado profissional, como no ego também. Então eu falava: ‘eu não sou mais ninguém, bombeiro não prende, bombeiro não faz isso, bombeiro não faz aquilo...’ Aí eu ficava em casa deprimido, aí eu pensava em voltar: ‘eu vou voltar, vou voltar?’... Na visão do bombeiro, salvar vida é maravilhoso, é digno, e eu acho digno. Hoje eu acho isso. Na época eu pensava no vagabundo, eu não pensava no cidadão como vítima, eu pensava em prender o vagabundo, eu fui treinado pra isso, pra prender vagabundo.

Porém, após esse tempo e influenciado pelos conselhos do pai que é policial aposentado, ele desistiu da ideia. Seu pai dizia que ele estava bem no corpo de bombeiros e que era para esquecer a polícia. Então, ele habituou-se à nova instituição, mas afirmou que a PM ainda mexe com ele.

[...] eu tive que esquecer esse passado, pra eu me tornar bombeiro. Hoje eu posso falar, eu sou um bombeiro. Porque não tem como. Eu tô aqui há 12 anos, o dobro que eu tinha na polícia. Esse ano eu faço 13 anos aqui. Então, não tem como eu falar que sou polícia. Se me

---

<sup>4</sup> O Corpo de Bombeiros foi separado da PMMG pela Emenda à Constituição Estadual de Minas Gerais, nº 39 de 2 de julho de 1999.

perguntarem: o sangue ainda ferve? Corre nas veias? Claro que ferve, corre na veia.

Muito marcante foi a entrevista do subtenente Mauro que me contou sua experiência no movimento reivindicatório como literalmente traumática. O policial emocionou-se durante toda a entrevista e a todo o momento em que narrava, ressaltava seu amor ao Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), a Tropa de Elite da Polícia Militar de Minas Gerais, grupo do qual fazia parte em 1997. Segundo o subtenente, após o movimento ele foi levado para uma clínica psiquiátrica em Belo Horizonte. Ao perguntar sobre o porquê de sua internação, ele respondeu:

Eu acredito que depois que eu vi o Valério com aquele tiro na cabeça atravessado, é..., deu um..., pra mim, eu que defendi a Polícia Militar, eu não entendi muito aquele, aquele outro militar atirando naquele policial, um outro policial, um outro policial atirando em um polícia! Nós nunca atiraríamos um no outro, se fosse assim como é que a gente vai para a guerra? Se eu não confio em você eu te mato, então, que honra você tem? E o seu juramento? O cara usa a mesma farda que você, foi treinado nos moldes, ele é uma parte sua, você tem que dar a sua vida pra salvar a vida de outro, você dá a vida pra salvar pessoas que você nem conhece, imagina seu irmão de farda, aquele que trabalha dentro da viatura com você, como é que você vai matar uma pessoa dessa? Como é que você tem coragem de matar um anjo? Ele é um covarde!

Percebe-se, aqui, que essa memória traumática relaciona-se também ao luto. Dezesesseis anos após as manifestações de 1997, a memória do movimento através dos depoimentos dos praças demonstra carinho, lamentações e dor pela morte do cabo Valério. A narrativa do subtenente Mauro mostra que o trauma foi causado não somente pelo luto em si, mas por todo o contexto em que ocorreu a morte do cabo Valério. Nessa narrativa é ressaltada mais uma vez valores institucionais como a honra: “que honra você tem?” ou “Ele é um covarde”; o corporativismo: “ele é uma parte sua”; a camaradagem e a solidariedade fraternal: “imagina seu irmão de farda, aquele que trabalha com você dentro da viatura” ou “eu não entendi muito aquele, aquele outro militar atirando naquele policial” e o pronto cumprimento do dever: “E o seu juramento?” ou “você dá a vida pra salvar pessoas que você nem conhece”. Esses valores estavam tão interiorizados no policial que o seu rompimento lhe causou descontrole emocional levando-o à internação.

Atualmente alguns policiais estão entrando na justiça requerendo o retorno à Polícia Militar. Sargento Alves contou-me que estava com um processo judicial pretendendo retornar. Segundo ele, um amigo que também entrou na justiça com uma ação semelhante pouco tempo antes de nosso contato, havia ganhado em Primeira Instância e por isso ele estava cheio de esperanças. O sargento deixou transparecer essa esperança na rede social em que mantivemos os contatos iniciais. Antes de qualquer resultado, ele retirou de seu perfil a informação de que era um Bombeiro Militar, substituindo pela profissão de Policial Militar e postou uma foto em que estava fardado e com seu filho nos braços. Esse fato mostra o quanto o movimento e principalmente sua repercussão foram delicados, marcando fortemente o emocional desses praças.

A morte do cabo Valério foi narrada, ora com revolta, ora com emoção, ou ainda com acusações. Algumas vezes a pausa e o silêncio fizeram-se presentes ao abordar o fato que, mesmo antes de qualquer pergunta relacionada ao assunto, era trazida à tona nas narrações. Todos os praças entrevistados acreditam que o soldado Wedson Gomes foi o autor do disparo que matou o cabo Valério, nem acreditam que ele tenha morrido no dia 28 de junho, mas sim logo após o disparo, como colocou sargento Maurício: “Quando vi o cabo Valério no chão, com a minha experiência deu para perceber que ele já tinha morrido. Tinha um buraco de todo tamanho no crânio” (ALMEIDA, 2010: 255). Sargento Milton, assim como outros praças, acredita que “eles ficaram segurando a morte dele aqueles dias todos justamente pra não deixar o caldeirão ferver mais ainda. Mas eu acredito que ele morreu naquele dia mesmo” (ALMEIDA, 2010: 286).

A morte do cabo Valério apaziguou e encerrou as manifestações tornando-o herói, o mártir do movimento reivindicatório dos praças, pois, quando recebeu o tiro estava em pé próximo a uma pilastra na entrada do Comando Geral da PM pedindo calma aos manifestantes. Portanto, a memória do movimento também está associada ao luto. Essa memória foi materializada e está sendo preservada pela Associação de Praças (ASPRA – PM/BM), que homenageou o cabo Valério com um busto e uma placa com os seguintes dizeres: “Heróis são muitos, até anônimos. Mártir somente um: cabo Valério. ‘Seu sacrifício apressou o dia em que nós militares estaduais viveremos em plena cidadania’”.

## 7. Considerações Finais

Contrariando leis, os praças da PMMG realizaram uma greve, o que em uma instituição militar representa ação gravíssima. Os praças vinham politizando-se há algum tempo. Essa consciência política não se manifestou de uma hora para outra, como quiseram fazer entender alguns praças. Entretanto, se eles conseguiram contrariar as legislações rompendo com a hierarquia e disciplina, não se pode dizer o mesmo da ideia de distanciamento com o mundo civil incorporados aos praças em sua formação acadêmica militar. Tal fato ficou claro quando eles afirmaram que não realizaram “greve” e fizeram questão de mostrar a distância do movimento dos praças em relação a qualquer movimento sindical, visto que a sindicalização também é proibida à Polícia Militar. Ao insistir nessas ideias, eles tentam reafirmar a lealdade, ao sistema e amenizar talvez a culpa. O valor da Polícia Militar, como uma instituição disciplinada e ordeira é enfatizado nas narrativas quando eles afirmam que impediram a participação daqueles que eles repreendem em manifestações de protestos nas ruas, os *baderneiros* e ou sindicalistas que tentaram participar de um movimento que era só deles, movimento esse que só saiu do controle porque teve a participação de outra instituição que não é militar, que não é, no expressar dos policiais, disciplinada e ordeira.

As narrativas apontaram que não foi o questionamento do militarismo ou da hierarquia e disciplina que levaram os praças a manifestarem-se. Eles saíram em passeata por questões salariais vinculadas a uma questão de honra. A partir das possibilidades de negociações, surgiram outras questões para serem incluídas na pauta das reivindicações como a revisão do RDPM que respaldava o que eles consideravam abuso dos oficiais. Os praças defendem a hierarquia e a disciplina, reafirmando os princípios e valores ensinados nos quartéis, de lealdade, honra e respeito. O sentimento de dignidade pessoal, o respeito, ou seja, a honra dos policiais militares foi abalada através do abuso no manejo da hierarquia, que teve seu ápice na frase que foi difundida, – mito fundador – de suposta autoria do Comandante da PM, “nós seguramos a tropa”. O sentimento coletivo que alicerça o *espírito de corpo*, na visão dos praças, foi esquecido pelo Comando, levando-os a se manifestarem, como mostraram suas narrativas sempre modeladas por princípios morais. Apesar dos ganhos, a pesquisa evidenciou a existência de uma memória traumática, principalmente no que se refere aos desdobramentos do movimento na vida dos praças.

O movimento que intensificou as discussões acerca do modelo de segurança pública instituída no Brasil trouxe para a polícia mineira significativas mudanças nas regras que configuram a Polícia Militar de Minas Gerais, principalmente com a substituição do RDPM pelo Código de Ética, tornando possível um melhor diálogo entre praças e oficiais. O termo “hoje é diferente”, ao referir-se à instituição, aparecia constantemente nas narrativas dos praças, provavelmente na tentativa de dar sentido àqueles acontecimentos tanto para mim quanto para eles mesmos. Os praças tinham a consciência de que as entrevistas seriam registradas de alguma forma e isso me pareceu importante para eles. Na condição de historiadora, eu poderia registrar a história do movimento da forma que eles queriam me apresentar. Ao usar a expressão “hoje é diferente” para falar das melhorias que o movimento trouxe para a instituição, eles buscavam não apenas mostrar que valeu a pena, porque a Polícia Militar ganhou com os resultados, mas também dar um sentido para todo o drama vivenciado por eles.

O movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais pode ser caracterizado como um movimento social, político e cultural. A partir do rompimento dos valores éticos pelos dirigentes da PM foi desencadeado o movimento que mudou a estrutura da PMMG e repercutiu em todo o Brasil deixando feridas abertas até os dias de hoje.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: Alberti, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, Juniele Rabelo. *Um novo repertório da ação coletiva: movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar em Belo Horizonte no ano de 1997*. Dissertação. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2004.

\_\_\_\_\_. *Tropas em Protesto: O ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

ALVITO, Marcos. Homens e meninos. In.: *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

ASSIS, Celton Godinho de. *A conduta disciplinadora dos oficiais da PMMG na atualidade, analisada como efeito dos praças de 1997*. Monografia. Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2000.

BARROS, Lúcio Alves de. *Polícia e Sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas cotidiano policial*. Tese. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

BARROS, Lúcio Alves de; REIS, Arlem Caetano dos. *Reminiscências da Polícia em Movimento*. Disponível em: [www.bibliotecapolicial.com.br/upload/docume...-DA-POLICIA-EM-MOVIMENTO--21069\\_2011\\_7\\_8\\_26\\_42.pdf](http://www.bibliotecapolicial.com.br/upload/docume...-DA-POLICIA-EM-MOVIMENTO--21069_2011_7_8_26_42.pdf). Acesso em: 15/08/2013.

BOURDIEU, Pierre. O sentido da honra. In: *Esboço de uma teoria da prática*. Precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Por vias tortas, o caminho da discussão. *Revista Veja* 30 Jul. 1997. Disponível em: [http://veja.abril.com.br/300797/p\\_036.html](http://veja.abril.com.br/300797/p_036.html). Acesso em: 15 jun. 2013.

COTTA, Francis Albert. *Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Crisálida, 2006.

GOMES, Julio César. *O dia em que a polícia parou: a verdadeira história da greve da polícia mineira que parou que parou o Brasil*. Belo Horizonte, 2006.

JAMES, Daniel. *Doña Maria: História de vida, memória e identidade política*. Buenos Aires: Manantial, 2004.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*: IUPERJ, 1999.

PITT-RIVERS, Julian. A doença da honra. In: GAUTHERON, Marie. *A honra: imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro. v. 1, n. 2, 1996.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. *Projeto História – Cultura e Representação*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. SP: Educ. Fevereiro/1997.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, nº 15, São Paulo, PUC, 1997.

\_\_\_\_\_. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 103-130.

\_\_\_\_\_. História Oral e Poder. In: *Mnemosine*. Revista do Departamento de Psicologia Social e Institucional/ UERJ. Vol. 6, nº 2, p. 2-13 (2010). (Trad. e revisão de Luiz Henrique dos Santos Blume e Heliana de Barros Conde Rodrigues). Disponível on-line em: <<http://www.mnemosine.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/index>>. Acessado em 27/07/2012.

\_\_\_\_\_. O melhor limpa-latas da cidade: A vida e os tempos de Valtèro Peppoloni, trabalhador. In.: *Ensaio sobre História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRATA, Marcelo Rodrigues. Greve na Polícia Militar: legalidade versus legitimidade. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 17, n. 3152, 17/fev./2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/21116>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, Bibiano Alex. *Nos bastidores da PM: o efeito de um ideal*. São Paulo: Scortecci, 2006.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARVALHO, Joaquim de; GUSMÃO, Marcos. Lições de uma greve selvagem: governador de Minas Gerais se rendeu e a PM já fala em parar nos outros Estados. *Revista Veja*, 02 de jul., 1997.

Artigo recebido em 30/8/2013

Artigo aceito em 05/12/2013